

TRIBUNAL DISTRITAL DE DILI

DISCURSO DA TOMADA DE POSSE

(representante dos juizes- Maria Natércia Gusmão Pereira)

21 de Junho de 2007

Ex.cia, Sr. Presidente da República;

Ex.cia, Sr. Vice Presidente do Parlamento Nacional;

Ex.cia, Sr. Primeiro-ministro;

Ex.cia, Sr. Presidente do Tribunal de Recurso;

Ex.cia, Sr. Ministro da Justiça;

Ex.cia, Sr. Procurador-Geral da República;

Ex.cia, Sr. Representante do Secretário-geral das Nações Unidas;

Reverendíssimos Bispos das Dioceses de Dili e Baucau;

Ex.cia, os Senhores Membros do PN;

Ex.cia, os Senhores Membros do Governo;

Ex.cia, Senhores Representantes de corpos diplomáticos;

Caros colegas juizes;

Dignos Magistrados do Ministério Público;

Ilustres Defensores Públicos e Advogados

Senhores Oficiais de Justiça, tradutores e intérpretes

Meus senhores e minhas senhoras;

Decorridos cinco anos de independência do nosso país, cumpre-se hoje, em acto formal e solene, a tomada de posse dos juízes timorenses. Cabenos a nós a honra e o privilégio de sermos os primeiros a usar dessa possibilidade, assinalando o particular significado que ela assume na vida da nossa jovem nação.

Saúdamos todos os presentes, em particular os titulares dos demais órgãos de soberania do Estado, e sabemos que a presença de V.excas neste acto é um testemunho de especial solidariedade e confiança, que reconhecidamente agradecemos.

A formação dos juízes constitui um recurso vital para conseguir uma boa administração da justiça, sobretudo, num contexto como este o país está em construção.

Na verdade, a realidade sócio-cultural e a complexidade da vivência colectiva, a fragilidade das instituições, a complexidade social persistente constituem um desafio à intervenção judiciária no sentido de encontrar soluções adequadas à resolução dos conflitos, à realização e efectivação dos direitos consagrados nos instrumentos

legais, ou seja, realização do Estado de Direito Democrático.

Estes desafios implicam e exigem uma cultura de formação inicial dos juízes bem como uma formação ao longo da vida.

Estamos cientes de que este acto não é um fim mas apenas o começo de um longo processo no qual esperamos exercer a nossa função de forma convincente, com qualidade e isenção que lhe permita assegurar o respeito da comunidade jurídica e a aceitação da generalidade dos nossos concidadãos.

Para alcançar essas metas, durante dois anos e meio de formação, trabalhamos, aprofundamos os nossos conhecimentos, desenvolvemos as nossas capacidades e, acima de tudo, adquirimos experiência com os nossos formadores, e com os nossos colegas juízes internacionais.

E sentimo-nos preparados para garantir no futuro um funcionamento eficiente e transparente dos Tribunais de Timor Leste.

Agora já somos Juízes de carreira, mas todos nós temos a plena noção, de que o nosso processo de aprendizagem ainda não está terminado, nem nunca terminará, pois um Juiz está durante toda a sua carreira, em constante actualização de conhecimentos.

Como todos sabemos, a justiça é uma das pedras basilares que constituem a democracia.

São necessários juízes competentes para os Tribunais funcionarem bem.

Estamos mais conscientes da importância e da responsabilidade da função de julgar.

Timor-Leste é ainda uma jovem democracia. A mais recente do mundo. Mas acreditamos que com o orgulho que sentimos em servir o nosso querido país, será possível garantir a independência e a imparcialidade dos nossos tribunais.

Através da independência e imparcialidade dos juízes na administração da justiça, iremos contribuir para o estado de direito e a democracia e, em última análise, possibilitar o

desenvolvimento do nosso país. Está é a nossa mais firme vontade.

Contamos naturalmente com a colaboração dos outros órgãos de soberania, para os tribunais puderem cumprir bem a sua função.

Esperamos que sejam feitas as leis que ainda faltam, que sejam dadas as condições materiais indispensáveis, que seja facilitada aos tribunais a coadjuvação pelas outras autoridades, sempre que seja necessário para o exercício das suas funções e, sobretudo, que não sejam criados obstáculos ao cumprimento das decisões dos tribunais.

Agradecemos a todos os que sempre nos apoiaram, em nós acreditaram e confiaram, especialmente os nossos formadores e mentores, os que ainda estão junto de nós como aqueles que já regressaram para o seus respectivos países.

A todos, o nosso muito obrigado.